

## Língua de pedra: a ofensa (injúria e difamação) na discursividade política<sup>1</sup>

Stone language: the offense (insult and defamation) in political discursivity

**Bethânia Mariani**

Universidade Federal Fluminense.

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar os processos de produção de sentidos envolvidos na formulação de ofensas no discurso político autoritário em vigor na política brasileira de 2019 até 2022. Inscrito no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso Materialista, a análise mobilizou alguns conceitos, como discurso, materialidade discursiva, discurso político, o político, tipologia discursiva, gesto de interpretação, interpelação, identificação e resistência, entre outros. Além disso, a própria ofensa foi objeto de conceituação, bem como a noção língua de pedra, como sendo a língua áspera e dura na qual as ofensas são produzidas e circulam. Na formulação da ofensa, engendrada nessa *língua de pedra*, não se pratica a escuta. É visando banir a alteridade, com seu modo de se significar e significar as ideias políticas, que a ofensa é formulada.

### PALAVRAS-CHAVE

Análise do discurso. Ofensa. Língua de pedra. Discurso político. Ideologia.

### ABSTRACT

This article aims to analyze the processes of production of meanings involved in the formulation of offenses in the authoritarian political discourse in force in Brazilian politics from 2019 to 2022. Inscribed in the theoretical-methodological framework of materialist discourse analysis, this study has mobilized some concepts, such as discourse, discursive materiality, political discourse, the political, discursive typology, gesture of interpretation, interpellation, identification and resistance, among others. In addition, the offense itself was conceptualized as well as the notion of stone language,

#### Bethânia Mariani

Professora titular do Departamento de Ciências da Linguagem da Universidade Federal Fluminense. Atua na Pós-Graduação em Estudos de Linguagem ministrando cursos em Análise do Discurso e em História das Ideias Linguísticas. É pesquisadora 1B do CNPq e Cientista do Nosso Estado pela Faperj, com bolsa entre 2019 e 2023. Seu livro mais recente é Testemunhos de resistência e revolta. <https://orcid.org/0000-0001-9333-1439>

Recebido em:  
16/10/2022

Aceito em:  
15/12/2022

MAI / JUL 2023  
ISSN 2317-9945 (ON-LINE)  
ISSN 0103-6858  
P. 111-125

---

1 As primeiríssimas versões deste artigo foram apresentadas em mesas em dois congressos realizados de forma virtual em função da pandemia da Covid-19. Pela primeira vez, em 2020, no *III Encuentro Iberoamericano de Retórica / V Congreso Internacional de Retórica e Interdisciplina*; e, pela segunda vez, em 2021, no *XVI Congresso da Brazilian Studies Association* (Brasa). Nas duas vezes, tive o prazer de estar com Aracy Ernst (UFPEL/UFRGS), Luciana Vinhas (UFRGS) e Rodrigo Fonseca (UFSB) nessas discussões sobre o discurso político brasileiro da atualidade. Este artigo é inédito, pois não foi anteriormente publicado nos anais de nenhum dos dois congressos.

understood as rough and hard language in which offenses are produced and circulate. In the formulation of the offense, engendered in that stone language, listening is not a practice. The offense is formulated in order to banish alterity, in its way of conveying meaning to itself and conveying meaning to political ideas.

## KEYWORDS

Speech analysis. Offense. Stone tongue. Political speech. Ideology

“O autoritarismo está incorporado nas relações sociais.”

(Orlandi, 1983, p. 25)

“...desmantelar a força bruta, que tal?”

(Chico Buarque)

## 1. Língua de pedra

A citação de Orlandi acima, epígrafe que já inscreve uma direção para o percurso de discussões sobre a *ofensa* aqui proposto, acentua o autoritarismo como constitutivo das relações sociais em todas suas dimensões. Da posição de trabalho em *Análise do Discurso Materialista*, o objeto em estudo aqui é a discursividade da *ofensa* no autoritarismo político. É um objeto sócio-histórico, teorizado e construído tendo em vista o enlaçamento material da língua com a história. Dessa nossa posição de trabalho, a língua é um objeto simbólico, produz sentidos em relação uns com os outros no jogo da memória e da atualidade e, nessa medida, produz efeitos nas relações de força socialmente colocadas em dada conjuntura histórica. Como bem afirma Pêcheux (2010 [1982]), as línguas ditas naturais não funcionam de modo lógico; as marcas linguísticas (ou traços significantes, conforme o autor) não estão estruturadas dentro de uma ordem lógico-matemática como propõem os formalistas. Ao contrário, os deslocamentos operam nas malhas dos fonemas e da sintaxe, produzindo efeitos de transgressão, de reordenamento, de ressignificação. Daí Pêcheux (2010, p. 24) postular que “as línguas naturais são capazes de política”.

A ofensa sempre constituiu o discurso político, isso não é novidade. Do período imperial aos momentos republicanos e democráticos, a ofensividade das e nas falas políticas nunca deixou de ser moeda de troca. Nosso objetivo com este texto é analisar a discursividade da *ofensa* no discurso político autoritário em vigor nos últimos quatro anos (2018/2022), quando o exercício da palavra argumentada e da escuta respeitosa praticamente sumiram em meio a práticas de linguagem que exacerbam o individualismo conservador, narcisista e ofensivo. Entendo que o funcionamento de tal discursividade tem como base o que chamo de *língua de pedra*. Os políticos, estes que fazem da ofensa uma prática cotidiana, falam em *língua de pedra*. Relembrando Sériot (1982) em sua análise sobre a *língua de madeira soviética*, a palavra pedra me permite pensar na construção de um sítio de significação em torno do que é duro, áspero, excessivamente feroz e mortífero em

oposição ao que é fluido, quente, opaco e vivo.<sup>2</sup>

São muitas as formas de exercício do poder autoritário, e a ofensa está incorporada nos modos do dizer autoritário. O funcionamento discursivo da *ofensa* não é assim tão transparente, depende das condições em que é proferida e das relações entre sujeitos socialmente inscritos em suas diferentes posições. Nessa medida, falar e divulgar inverdades ou colocar em circulação piadas sobre o outro, por exemplo, podem ser significados como gestos ofensivos, embora não constituam uma injúria ou difamação dirigida diretamente a alguém ou sobre alguém. Falas ofensivas, como ouvimos muitas vezes repetidas pela mídia, podem vir a ser desmentidas pelo sujeito, que afirmará que ‘não era bem isso que queria dizer’, ou que a significação ofensiva está ‘na cabeça de quem ouviu’. Ao desdizer suas próprias palavras *ofensivas*, o sujeito desincompatibiliza-se do que disse, desresponsabilizando-se com o conhecido “me inclui fora [do que disse ou fiz]” (MARIANI, 2011) tão presente na forma-sujeito do individualismo. Funcionamento do cinismo (BALDINI, 2012) no dizer do sujeito que afirma X para se questionado pelo que disse, desdizer que afirmou X. Um sujeito que não se implica na ofensividade de seu dizer e atribui ao outro tal interpretação ofensiva. Modo de manter-se identificado com a formação discursiva na qual se encontra subjetivado, e de manter essa formação discursiva sem porosidades. *A língua de pedra* é duramente fechada.

Da posição de trabalho em Análise do Discurso, no discurso político a ofensa e seus desmentidos são analisados como efeitos de sentidos produzidos entre sujeitos que (se)significam e significam o outro sempre inscritos em determinadas condições de produção.

Pensar discursivamente a tomada de posição deste sujeito que se inscreve de modo ofensivo para falar é compreender que, nessa tomada de posição, inconsciente e ideologia estão operando. Compreender as falas ofensivas depende da construção de um dispositivo que considere, na análise do simbólico, a memória lacunar, o ideológico e o inconsciente. Falamos mais do que supomos quando tomamos a palavra, pois somos submetidos à língua, aos sentidos já postos em circulação e à injunção do significar a si próprio, o outro e o mundo. A interpelação ideológica se produz nesses efeitos que nos constituem pela memória e pelo esquecimento de alguns processos de produção de sentidos com os quais estamos (ou não) identificados, pelo real das condições históricas e pelo real do inconsciente. Não (nos) percebemos atravessados pelas injunções ao significar no movimento da memória, do esquecimento, das contradições ideológicas nem pela divisão do inconsciente. O sujeito está sempre implicado no que diz, não há como escapar deste processo que é tanto inconsciente quanto ideológico, por mais que queira desresponsabilizar-se do dito. Nessa medida, no jogo das relações de força sociais em disputa por posições políticas hegemônicas, o sujeito é

---

2 Proponho conceituar *língua de Pedra* para teorizar sobre o lugar da ofensa no discurso político autoritário, formulando a partir do pensamento dos autores Patrick Sériot, com a *língua de madeira*, do socialismo; Michel Pêcheux, com a *língua de madeira do direito*, a *língua de ferro*, do capitalismo, e a *língua de vento*, da publicidade; e Eni Orlandi, com a *língua de espuma*, da censura. Orlandi (2012, p. 27), retomando a proposta da língua de madeira de Sériot, afirma que o discurso político da mundialização, ao produzir indistinções e diluições como “forma de negar o político no interior do próprio político”, corresponde à “nova língua de madeira da época moderna”.

responsável e pode ser responsabilizado por seu dizer.

Ler discursivamente dizeres ofensivos inscritos no exercício na atual política autoritária, posta em funcionamento por um poder que não apenas é conservador, mas que exerce tal poder destruindo as instituições e enfraquecendo com ofensas as lutas travadas no simbólico, é nossa proposta. Em Análise do Discurso, compreende-se que o político está na língua enquanto possibilidade de o sentido vir a ser outro, produzindo outros efeitos de sentidos, ou seja, discursivamente compreende-se que a produção de sentidos é sempre dividida porque as línguas são capazes de política, da divisão dos sentidos. Tomar a palavra é fazer a inscrição no simbólico para se significar, significar o mundo, o outro e aquilo que supomos como nossa memória, em um processo que é histórico, contraditório e sempre sujeito a falhas. A prática política autoritária que se exerce com as ofensas, a partir da inscrição no funcionamento da *língua de pedra* na discursividade do político, é aquela que não suporta a divergência de posições nem os sentidos no movimento de sua divisão incessante.

Precisamos discutir a *ofensa* para não tomá-la apenas com uma suposição de (a)normalidade esperada a ser atribuída aos que se encontram no poder nesse período histórico que vivenciamos; precisamos discutir a *ofensa* para pensar sobre seu regime de possibilidades no exercício do discurso político autoritário exercido em uma conjuntura histórica democrática. O movimento desta discursividade é justamente o de naturalizar o ofender (ou desmerecer, injuriar, desconsiderar, debochar, ironizar, desdizer) o que o outro significa ou pensa. A naturalização da *ofensa* no discurso autoritário atual e, em especial, sob a ênfase de uma política neoliberal, atua como um elemento de despolitização da sociedade e de construção de uma gestão psíquica (SAFATLE, 2021<sup>3</sup>) que descola os sujeitos tanto de uma ética do viver coletivamente quanto do que seriam as liberdades do um a um nas tramas dos jogos sociais.

Retomando e indo um pouco mais além, no discurso político atual, ofender o outro não corresponde apenas a um modo de se estar no mundo do sujeito político conservador inscrito nas formas de agir e falar de um modelo econômico; ofender o outro representa um modo de dizer do que se chama de extrema-direita. São modos de dizer desvinculados das transformações sociais que se valem das mídias sociais e de púlpitos religiosos para se autopromover e para fazer circular, sob um funcionamento discursivo do cinismo, sentidos socialmente moralizantes. As ofensas entram no lugar dos debates e dos confrontos políticos, entram no lugar das disputas entre ideais de sociedade, de economia, e do próprio exercício da política. Como afirmei inicialmente, em geral, são *ofensas* ou exortações de fundo moralizante ou religioso, construindo um medo socialmente generalizado.

Nos discursos do neoliberalismo, constrói-se um sentido de liberdade para o sujeito – como aquele sujeito que, na posição de empreendedor, seria seu próprio patrão -, que apaga tanto sua submissão ao capital, entendido como capital não produtivo, quanto sua submissão a relações de poder for-

---

3 "... o neoliberalismo, com suas doses maciças de intervenção estatal no campo político e social, aparece como uma engenharia social para uma noção de liberdade pouco discutida" (SAFATLE et al., 2021, p. 15).

temente hierarquizadas e que contribuem na manutenção da exploração do trabalhador. Entendemos que no neoliberalismo se mantém uma exacerbção do sujeito explorado e a invisibilização dos processos de exploração. Nessa perspectiva, podemos considerar uma maior ressonância da contradição do sujeito livremente assujeitado (PÊCHEUX, 1975, 1982), aquele que contraditoriamente é livremente submisso. Na livre submissão está o fundamento do empreendedorismo e o da chamada livre-iniciativa. Assim sendo, discutir as práticas autoritárias e o gesto ofensivo que as acompanham na práxis de um funcionamento econômico neoliberal é uma forma de pensar no futuro da política que queremos, da sociedade que almejamos.

De um modo geral, autoritarismo é um termo que pode ser compreendido em mais de uma maneira. No campo do político, dizer de um governo que é autoritário ou que exerce o autoritarismo é indicativo da existência de uma oposição sistemática ao funcionamento democrático. Décadas atrás, durante os anos de chumbo dos governos militares, em função da censura, falava-se em autoritarismo para não se falar em ditadura. Dizer *autoritarismo* e, desta maneira, silenciar *ditadura* era indicativo da ausência da democracia no exercício do poder.

O autoritarismo, como modo de governo que afeta o simbólico, funciona na recusa do pluralismo de interpretações e na rejeição de posições contrárias. Imerso no autoritarismo, ao ofender o outro, o sujeito produz um gesto de interpretação representativo das posições que não admitem a alteridade nem reconhecem a diferença. São muitas as formas de dizer dos discursos políticos que funcionam pela ofensa. Nas últimas eleições para as prefeituras brasileiras, em 2020, candidatas a cargos políticos foram chamadas de “gorda”, “porca”, “burra”, “vagabunda” e outras ofensas similares totalizando, no Twitter, em torno de 40 postagens diárias, como denuncia em reportagem o site *AzMina*<sup>4</sup>. As ofensas incidiam no corpo, em detalhes da aparência, cor, origem, e em uma depreciação de sua capacidade de fazer política. A candidata Manuela D’Ávila, por exemplo, era chamada de comunista de boutique, fajuta etc. Nessa discursividade política, o desmerecimento intelectual e político das candidatas, secundado por injúrias quanto à aparência, raça e religião, tinha sua materialidade consistindo num ape drejamento simbólico muitas vezes seguido de ameaças.

De um modo geral, quem ofende não pratica uma hospitalidade de escuta nem se deixa pegar no desconcerto que o convívio com a diferença produz: ao contrário, o outro, significado como inimigo, em função de suas ideias e de sua posição, precisa ser banido, repudiado e rejeitado com certas palavras e de um modo específico. Nos discursos políticos, a ofensa se inscreve no funcionamento dessa língua, que chamei de *língua de pedra*. *Língua de pedra* como língua da ofensa: língua dura na qual a ofensa se formula. Com a *língua de pedra*, um modo de interromper a divisão dos sentidos no interior do político, objetiva-se desqualificar o outro, silenciar a alteridade.

## 2. Ofensa (injúria, insulto)

A base teórica da Análise do Discurso Materialista (PÊCHEUX, 1969), aqui compreendida como uma disciplina que trabalha no entremeio da teoria da enunciação, do materialismo histórico e da psicanálise, está nos fundamentos de análise da práxis da ofensa, insulto ou injúria<sup>5</sup> no funcionamento discursivo da política tal como vem sendo articulada nos últimos três anos no Brasil. Um conjunto de textualidades com ataques verbais divulgados na mídia jornalística foi organizado com fins de análise, objetivando compreender o funcionamento discursivo da ofensa em sua materialidade discursiva.

Tematizar a ofensa e a intensidade do ataque verbal produzido por um determinado sujeito em relação a outro é uma tarefa em geral definida e circunscrita à instância do jurídico, como se o jurídico fosse um termômetro para avaliar se houve ou não *ofensa*; se o sujeito pode ou não se considerar *ofendido*. Em outras palavras, uma vez acionada, a instância jurídica mexe suas engrenagens para verificar se o sujeito teria sido realmente ofendido. Este também é um modo de despolitizar a ofensa, pois, apesar de ter sido formulada no discurso político – campo dos sentidos divididos, para discussão de ideias e de formulação de proposições –, o sujeito que foi ofendido passa a discutir sua integridade, sua honra no campo do jurídico. A discussão política é silenciada pela ofensa ao sujeito.

A *ofensa* tem em seu funcionamento um trabalho da linguagem no social que visa provocar uma alteração na relação de forças entre sujeitos. Como trabalho da linguagem, ou seja, como um modo de produção de sentidos, ofender o outro é fazer uma interpelação a partir do que não deveria ser dito daquele modo. Porém, “a fala ofensiva é astuta (...) visa quebrar a emergência da reação de ‘todos’, pois ela singulariza (...)” (SAFATLE, 2021, p. 17). No campo de estudos de linguagem, e tomando a Análise do Discurso Materialista como referencial teórico, compreendemos que o ofender é um modo de dizer que não poderia nem deveria ser dito daquele modo naquelas circunstâncias de sua produção em termos do discurso político. E a astúcia está no deslocamento nos processos de significação: deixa-se de lado a questão política em suas diferenças partidárias – por exemplo, um projeto de lei voltado para todos da sociedade, um relatório sobre orçamento para determinado ministério –, e o foco ofensivo recai sobre o sujeito individualizado.

Em sua materialidade histórica, a ofensa é interdiscursivamente constituída. Em outras palavras, na *língua de pedra* da ofensa, o funcionamento se dá pelo recorte de uma sequência discursiva em jogo no lembrar-e-esquecer das provocações, injúrias e agressões verbais, para atualizá-la intradiscursivamente num dado momento do processo de produção de sentidos dirigido ao outro. Isso incide no imaginário social ao retomar determinados sentidos já ditos. Nessa medida, ofender produz uma performatividade de surpresa, mal-estar, raiva, porque, ao significar o outro de modo pejorativo ou desrespeitoso, o ofender produz um deslocamento subjetivo. A ofensa seria uma espécie de ponto final na possibilidade de circulação dos efeitos de sentidos, um ponto final em uma polêmica, um cala boca dirigido

---

5 Apesar de algumas diferenças, vamos trabalhar neste texto com o que aproxima a ofensa da injúria e do insulto.

ao outro. Daí que a formulação da ofensa, ao recortar do interdiscurso uma região de sentidos nos modos de desqualificar, produz um efeito autoritário, de silenciamento do outro.

Em sua proposta de tipologia discursiva, Orlandi (1983) distingue o discurso polêmico, em que há a possibilidade de reversibilidade das posições dos sujeitos em seus enfrentamentos, e os sentidos do objeto do discurso são disputados, do discurso lúdico, cujo funcionamento da linguagem é prioritariamente polissêmico, e do discurso autoritário, no qual as posições tendem a permanecer fixas e os sentidos do objeto do discurso são tomados como verdade pelos sujeitos que se encontram em situações hegemônicas de poder. Na discursividade autoritária, o funcionamento da linguagem é parafrástico, sem dialetização e marcado pelo impedimento de outros sentidos. Essa tipologia proposta por Orlandi não é estanque, há uma fluidez nos limites do simbólico entre autoritário, polêmico e lúdico.

Por tender para a paráfrase, o discurso autoritário funciona de modo a impedir a polissemia, o deslizamento e movência dos sentidos em seu devir histórico e socialmente inscrito. Visando à subserviência, ou melhor, às relações servis, autoritários são os sujeitos que não suportam a diferença e partem para a intimidação física ou armada. Indo além da reflexão inicialmente proposta, enquanto no discurso polêmico há a possibilidade de reversibilidade das posições dos sujeitos em seus enfrentamentos, e os sentidos do objeto do discurso são disputados, e no discurso lúdico o funcionamento da linguagem é prioritariamente polissêmico, no discurso autoritário, as posições tendem a permanecer fixas e os sentidos do objeto do discurso são tomados como verdade pelos sujeitos que se encontram em situações hegemônicas de poder.

A ofensa pode funcionar tanto no discurso autoritário quanto no polêmico e no lúdico. Sendo o discursivo uma materialidade do histórico no linguageiro, a ofensa é indicativa de sentidos não tolerados no passado e no presente da formulação do dizer. Nos discursos autoritários, parafrásticos por excelência, a materialidade da *ofensa* indica pontos de deriva, ou seja, mesmo com a hegemonia da paráfrase, impedindo o movimento dos sentidos, há sempre a possibilidade de deslizamentos, do sentido vir a ser outro. Daí a ofensa produzir este efeito de “ponto final”.

Se os processos de produção de sentidos na discursividade política são fluidos e os sentidos circulam entre o polêmico, o lúdico e o autoritário, o que me interessa ressaltar aqui é que, no gesto ofensivo de dizer algo ao outro ou sobre o outro (seu corpo, suas crenças, seu gênero, sua raça, sua nacionalidade, sua posição política e social, sua família), materializam-se o autoritarismo e o silenciamento, impedindo o movimento histórico dos sentidos, em suas contradições e polêmicas. É uma *língua de pedra*, dura e áspera no contato. Como afirmei no início, compreendo a ofensa como uma forma de interpelação do outro que visa construir no dizer uma arma capaz de intimidar, calar, matar simbolicamente o que o outro representa. Destituir ofensivamente o outro de seu lugar nas relações políticas, ou seja, uma tentativa de efetuar a morte simbólica do outro, do diferente. A ofensa vem no calor de um debate sem luz, ou pela memória de debates anteriores, por isso permanecem as ofensas a quem já morreu. Ofende-se o que o sujeito pensa ou já pensou.

Os exemplos são inúmeros: Marielle Franco foi insultada após seu assassinato em 2020; Paulo Freire foi xingado por políticos... Quem ofende está no deslimite. São inúmeros os exemplos encontrados nas mídias jornalísticas e sociais nos últimos quatro anos. Os dizeres ofensivos, em sua maioria, têm sua materialidade inscrita em sítios de significação similares nos modos de desqualificar o outro: *incompetente, inapetente, presunçosa(o), semianalfabeta(o), cretina(o), gentalha, anta, energúmeno, patética(o), descontrolada(o), menino mimado, machista, moleque...* Esses dizeres circunscrevem as tentativas de desestabilização do outro, sua destituição simbólica, seu silenciamento, seu apedrejamento.

### 3. Retomando e seguindo... ofensa no discurso político

Uma conceituação inicial e necessária é a que em Análise do Discurso fazemos sobre o discurso político. Em Análise do Discurso, tal como vem sendo praticada no Brasil a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, compreende-se que no discurso, definido como efeito de sentidos entre interlocutores, entra em jogo fortemente uma afetação pelas instâncias de poder.

O dizer é sempre dividido e, também, regulado por estas instâncias que vão administrando o que pode e deve ser dito a partir de uma determinada posição no todo social. Para Orlandi (2003, p. 2), o discurso político se constitui nessas relações de força entre sujeitos e sentidos relativamente ao que podem dizer e fazer dadas as condições históricas da formação social. Nessa medida, se falamos no político é porque estamos teorizando sobre os movimentos dos processos de produção dos sentidos, no que são afetados pelas instâncias de poder nas formações sociais. As instâncias de poder hegemônicas organizam caminhos administrativos, jurídicos, repressivos, pedagógicos e midiáticos de forma a produzir a manutenção deles nos modos de significar. Estabilizar o movimento dos sentidos em uma direção reiteradamente vai produzindo efeitos de verdade, de evidências nos dizeres e de apagamento das contradições nos movimentos de resistência em que outros sentidos são formulados. A ofensa na materialidade discursiva da política está inscrita nos processos de produção dos sentidos e de interpelação dos sujeitos.

Não é sem a memória do já-dito que Senado, Câmara dos Deputados e Câmara dos Vereadores instituem seus códigos de ética e de decoro parlamentar. O código se integra ao regimento da Câmara e do Senado, de modo a organizar direitos e deveres, bem como limitar os poderes de deputados e senadores. É previsto que a instância das comissões de ética e de decoro parlamentar deve ser acionada quando há alguma denúncia de infração ao que está normatizado juridicamente no regimento. No parágrafo segundo do artigo nove da resolução número 20 (1993) do Senado Federal, por exemplo, lê-se que a presidência do Senado pode advertir ou mesmo abrir uma comissão parlamentar de inquérito se o senador

I – usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

II – praticar ofensas físicas ou morais a qualquer pessoa, no edifício do Senado, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os



respectivos Presidentes<sup>6</sup>

Se a norma está formulada é justamente porque os conflitos deixam o âmbito da discussão de ideias para recair no ataque pessoal. Muitas vezes, uma crítica, uma divergência de opiniões é diretamente ofensiva ou é significada como ofensa, engendrando uma réplica, esta também dirigida especificamente ao interlocutor como forma de ofendê-lo, desqualificá-lo.

No discurso político, a rede de termos ofensivos é parafrasticamente intercambiável em sua produção de efeitos pejorativos de desqualificação etc. Como sabemos em Análise do Discurso, as palavras não têm um sentido literal, em si mesmo. Elas significam pelas posições de quem as enunciam. Enunciamos identificados a determinadas formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito em dadas condições históricas. Quem ofende fala muito de si.

Durante a CPI da Covid-19, em 2021, senadores se valiam de termos como “vagabundo” e “picareta”, dentre outros, como forma de insultar seus oponentes. Mas não se pode esquecer que, como foi mencionado no início deste texto, as ofensas são formuladas visando atingir determinadas características do outro. Ainda durante a CPI da Covid-19, uma senadora foi chamada de “descontrolada” e seu opositor de “menino mimado”, caracterizando na *língua de pedra* tanto o gênero quanto a faixa etária como portas de entrada para que as ofensas circulassem de um ao outro. No discurso político, a ofensa atravessa as fronteiras nacionais, como foi, em dezembro de 2020, as ofensas formuladas pelo sujeito que já ocupava a posição de presidente direcionadas à alta comissária da ONU para direitos humanos, Michele Bachelet. A mídia brasileira e internacional construiu o acontecimento relatando as palavras de Bachelet como “dura crítica” à situação brasileira; já as falas do presidente foram citadas como “ataque pessoal” à Bachelet e ao seu pai. Vale dizer que Bachelet dirigia-se à política de saúde brasileira para enfrentamento da Covid; o presidente à própria pessoa de Bachelet.

## 4. Historicizando o sítio de significações: ofender, insultar, injuriar

Trago, de modo breve, a historicidade da relação de sentidos entre ofender, insultar e injuriar. Assim como na língua francesa (Cf. S. FISHER, 2004), na língua portuguesa esses termos remontam ao século XVIII, quando são registrados em dicionários. A leitura discursiva do dicionário de Bluteau (publicado no século XVII), revisto por Moraes (século XVIII), é produtiva porque permite compreender as fronteiras porosas constitutivas dos processos de significação entre tais palavras. Ou seja, encontramos um movimento de sentidos que tanto indistingue circularmente *injúria, insulto e ofensa* (um termo remete ao outro) quanto endereça sentidos socialmente diferenciados para *injúria, insulto e ofensa*. Assim é que *injúria* significa um “dito, ou ação pela qual se ofende alguém, não guardando os foros ao seu decoro,

honra, bens, vida: dizer ou fazer injúrias (MORAES, 1789, p. 72). Já o *insulto* é definido como a “injunção (verbal), ou por obra feita de repente, e tem provocação de ordinário”, sendo que *insultar* é “acometer violentamente, atacar de repente com palavras ou obras...” *ofensa* (“ofença”), por sua vez, é “palavra, pensamento, obra, com que se falta, ou deseja faltar, ou faz coisa contra a lei moral, que deveríamos guardar. Sem ofensa dos ouvidos, i.e., não se ofendam os ouvidos. Peccado, ofensa de Deus...” (MORAES, 1789, p. 72). Na *injúria* e no *insulto*, como é possível ler em Moraes, compreendemos processos de significação que se manifestam por palavras e/ou obras, são repentinos, são violentos e atingem a lei moral (honra, decoro) no seu ordinário de sentidos. A *ofensa*, por sua vez, também pode ser por pensamento e constitui pecado.

As formas da ofensa são variadas, e não estão circunscritas apenas ao campo da fala e da linguagem. Moraes, já em sua definição no século XVIII, define a ofensa como um ataque repentino “por palavras ou obras...”. Assim, mímicas, gestos, atitudes, olhares, bem como a indiferença, a ironia, o riso ou uma não resposta são modos de significar o outro de maneira a provocar dor, humilhação, perplexidade, raiva.

Voltando ao discurso político brasileiro contemporâneo, em 2021, dois ministros de Estado (saúde e relações exteriores), em visita oficial aos Estados Unidos, na cidade de Nova York, fizeram gestos: um deles fez um gesto obscuro com os dedos e o outro representou uma arma com a mão. Os dois gestos eram dirigidos a manifestantes brasileiros contrários ao governo eleito. As imagens que circularam amplamente mostravam os gestos com as mãos e as bocas abertas desses sujeitos – provavelmente roucos de tanto vociferar de dentro do carro contra os manifestantes. Todavia, fechados dentro de um carro, fazendo tais gestos, provavelmente, ouviram menos os gritos dos manifestantes e muito mais as próprias vociferações. E este é um aspecto a se considerar: como um bumerangue, a ofensa pode voltar ao seu ponto de partida. Dito de outro modo, a *ofensa* significa o sujeito que a profere.

Tomando os dias de hoje, nessa política das ofensas distribuídas em toda parte<sup>7</sup>, penso que nessa materialidade discursiva se encontra um dos sintomas sociais de nosso tempo neoliberal, marcado, como já foi dito, pelo mercado, pelo individualismo, pela velocidade e pela instantaneidade da troca incessante dos pequenos objetos cotidianos.

## 5. As formas discursivas da ofensa

A ofensa aparece formulada, na maior parte das vezes, com uma denominação que é dirigida a um sujeito, visa interpelar este sujeito em uma dada posição para deslocá-lo de sua posição. Trocar o nome próprio por um diminutivo ou por um apelido pode produzir efeitos que vão de uma infantilização a um xingamento e corresponde a formas de deslocamento da instância do político. O que se tem, na maioria das vezes, é uma denominação axiológica

7 São várias ofensas dirigidas sobretudo aos militantes do LGBTQI+, às mulheres, aos negros, aos indígenas... e também, a certos cientistas, intelectuais, artistas... a certas religiosidades não evangélicas. E, também, ofensas de classe, como na materialidade dos dizeres que significam o pobre como preguiçoso.

negativa que atribui ao outro um valor socialmente desfavorável, danoso ou inconveniente. Melhor explicando, pela denominação ou pela predicação, são retomados e atribuídos ao sujeito determinados valores depreciativos em circulação no imaginário social. Uma palavra ou expressão, com ou sem determinantes, é dita para significar (ou definir) o outro (e tudo que está relacionado a ele) como **X** e/ou uma listagem com vários **X**:

[(você) (é / está sendo...) **X**]

ou

[(ele(s)/ela(s) (é /são) **X**]

em que **X** pode funcionar tanto no deslocamento do sentido de um sítio de significação usual para outro, ou **X** pode corresponder a um xingamento ou, ainda, a um neologismo<sup>8</sup>.

(SD1) “Vamos fuzilar a **petralhada**<sup>9</sup> aqui do Acre, hein? Vamos botar estes picaretas para correr do Acre.” (J. Bolsonaro em campanha, setembro de 2018. Publicado em matéria de Janaína Ribeiro, Revista Exame, 03/09/2018, <https://exame.com/brasil/vamos-fuzilar-a-petralhada-diz-bolsonaro-em-campanha-no-acre/>)

(SD2) “Lula, cachaceiro, roubou o meu dinheiro”

(cartaz em ato político reproduzido no site Terra. <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/sp-faixas-com-ofensas-e-micaretaco-marcam-ato-anti-dilma,ea5dbf22d8f1c410VgnVCM5000009ccceb0aRCRD.html>)

Em trabalhos anteriores (MARIANI, 1998) discuti os modos como os comunistas e o partido comunista foram denominados nos jornais cariocas entre 1922 e 1989. A denominação é um modo de construção discursiva do referente e sua principal característica é a de condensar na materialidade da língua pontos de estabilização de processos de significação resultantes das relações de força entre formações discursivas em concorrência num mesmo tempo histórico. Em tais trabalhos, defendi que denominar é uma vertente do processo social geral de produção de sentidos. Logo, não está na ordem da língua: sua formulação está na ordem do discursivo, o qual, sempre é bom lembrar, consiste na relação entre o linguageiro e o histórico-social. “As denominações significam e, do ponto de vista analítico, permitem compreender a natureza das relações de força em confronto numa dada formação social” (MARIANI, 1998, p. 118). O termo *inimigo* era recorrente nas denominações dirigidas aos comunistas, produzindo o que chamei de *equação linguística*: comunista = inimigo. Atualmente, há um retorno da memória desta *equação linguística*, porém com alguns deslocamentos. Nos discursos políticos hegemônicos, *inimigo* é qualquer um que não esteja de acordo com a política autoritária e conservadora (MARIANI, 2019). Há, no entanto, uma camada a mais no efeito de sentidos de *inimigo* na atualidade. Na discursividade anterior, um comunista era inimigo do catolicismo, mas atualmente tal camada resulta em um deslocamento bem forte em direção

---

8 Alguns exemplos: “Você é uma piada”, “Um comunista é um inimigo da pátria”, “petralhas”... O xingamento, por sua vez, não necessariamente produz uma interrupção no movimento dos sentidos, pois pode deslizar para um efeito de sentido afetuoso ou de admiração ou produzir comicidade (“Chegou nosso fdp predileto!”).

9 Uso de neologismo criado pelo jornalista e colunista Reinaldo Azevedo.

ao campo do religioso, em geral, ou seja, recobre-se o país como “nação amada por Deus”, um deus genérico que inclui não apenas os católicos, mas sobretudo o segmento religioso dos evangélicos. Desta forma, aquele que não ama Deus, conseqüentemente, não ama a nação, é um inimigo<sup>10</sup>.

Na discussão durante a CPI da Covid-19 (em 21 de setembro de 2021), uma senadora e um Ministro de Estado trocam ofensas:

(SD4) “... Não me chame de **menino mimado**... eu não lhe ofendi... A senhora está **completamente descontrolada**...me atacando...” (Ministro da AGU dirigindo-se à Senadora)

(SD5) “Tá pensando que tá aonde, **rapaz? ... moleque... machista ... pau mandado**...não tá aí por mérito...” (várias falas sobrepostas de senadores)

Algumas palavras são já inscritas no sítio de significação da ofensa, como xingamentos, termos que remetem a um imaginário negativizado, mas outras são ressignificadas conforme suas condições de produção discursivas. Não se trata, portanto, de supor a *priori* um léxico de insultos, mas se trata de compreender o funcionamento dessa *língua de pedra* no processo discursivo que produz ideologicamente o insulto ou a ofensa no discurso político.

## 6. A ofensa como um acontecimento na linguagem: atualidade e memória

Discursivamente, na atualidade, podemos ouvir, pela reverberação dos sentidos na história, a memória desses processos de significação do século XVIII. Daí que muitas vezes o funcionamento se dá por uma insinuação ofensiva, pelo deslocamento das palavras para a produção de outros efeitos de sentidos. A constituição (pela memória), a formulação (no acontecimento) e a circulação social de palavras, expressões e enunciados, visando silenciar o outro, dão a ler a materialidade linguageira de um funcionamento de discursivo que produz a interrupção na política de sentidos constitutiva de qualquer língua, ou seja, produz como efeito uma interrupção na divisão dos sentidos constitutiva de todo dizer. Esse funcionamento interruptivo marcado na materialidade da linguagem é um dos traços de significação dos discursos autoritários, como afirmei logo no início desta apresentação. O funcionamento pode ser bem compreendido no caso da jornalista da *Folha de São Paulo* que sofreu uma ofensa à honra pessoal de natureza sexista, feita pelo presidente<sup>11</sup>.

O funcionamento discursivo da *ofensa* é aqui compreendido como um acontecimento de linguagem bastante pontual – estreitamente constitutivo de determinadas condições de produção -, o qual coloca em jogo a memória de significações ofensivas já-constituídas e a atualidade de certo

---

10 <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08>

11 A jornalista, resistindo e lutando, entrou com um processo que ao final foi vitorioso. Como ela própria afirmou nas redes sociais: “Ganhamos !!!! Por 4x1, o TJ de SP decidiu que não é aceitável um presidente da república ofender, usando insinuação sexual. (...)” (*Correio Brasileiro*. Disponível em: <https://www.correiobrasileiro.com.br/politica/2022/06/5018845-bolsonaro-e-condenado-a-pagar-indenizacao-a-jornalista-por-fala-sexista.html>. Acesso em: 29 jun. 2022).

dizer ofensivo (insultuoso, injurioso) no fio do dizer, numa tentativa de silenciar a enunciação do outro.

Interessa compreender que estas materialidades discursivas cada vez se dão mais a ler e a ouvir dada a intensa circulação nas redes sociais, na mídia impressa, digital e televisiva. Em suma, como sentidos que impregnam os chamados discursos de ódio, uma modalidade de discursos autoritários, as *ofensas, agressões e injúrias* são fatos de linguagem enraizados em uma memória dos dizeres daqueles que não suportam a diferença, a divergência ou, em uma palavra, a polissemia e a alteridade. O autoritarismo não suporta nem a divergência nem a argumentação, não suporta o movimento polissêmico dos sentidos.

Nessa medida, como afirma Orlandi, compreendo que, se a “argumentação se estrutura ideologicamente” (ORLANDI, 2020, s/p), funcionando discursivamente na tensão entre paráfrase (repetição dos insultos visando ao silenciamento do outro) e polissemia (ruptura com os sentidos formulados pelo outro). A formulação de ofensas divide o mundo político de modo simplista e dicotômico: entre aqueles que imaginariamente querem significar sua posição política como respeitável ou séria, podendo insultar, e aqueles que, estigmatizados pela ofensa, seriam indignos do convívio político.

Em outras palavras, com a ofensa e a injúria, o processo de produção de sentidos, o dizer, é atingido no cerne do funcionamento polissêmico da linguagem nessa visada da destituição subjetiva do outro. Assim, na memória das formas de dizer inscritas no funcionamento dos discursos, sejam autoritários, sejam polêmicos, sejam lúdicos (ORLANDI, 1983, s/p), quando se toma esse modo específico de interpelação pela ofensa, não se aceitam as disputas languageiras, o debate de opiniões e, por isso mesmo, há um impedimento no movimento dos sentidos da divergência, do desacordo, ou, em uma palavra, estou reiterando, o visado é o impedimento da polissemia, da possibilidade de o sentido vir a ser outro. Quem ofende não suporta ouvir ou ler ou ter de lidar com a alteridade. Daí compreendermos que a ofensa é uma forma de autoritarismo.

Como afirma Fischer (2004), a injúria e a ofensa precisam do outro, ou seja, de um outro a ser interpelado por este acontecimento na linguagem que visa à interrupção do processo de produção dos sentidos, do fluxo dos sentidos divididos. Agamben, discutindo o conceito de injúria e de insulto, afirma que a injúria segrega, desumaniza o outro porque coloca o sujeito em uma posição objetificada. Entendo que o modo mais violento da interpelação ofensiva está na vociferação. No *vociferar*, um vozear da fera, uma voz-fera que desqualifica ainda mais violentamente a alteridade.

Em síntese, *ofender*, modo de produção de sentidos da *língua de pedra*, funciona discursivamente de modo a produzir interrupção em um processo polêmico ou mesmo em processos parafrásticos de produção de sentidos. Em uma palavra, a ofensa funciona como segregação e silenciamento do dizer do outro e, ao mesmo tempo, produz uma desqualificação subjetiva. Daí a proposta de ser um funcionamento da *língua de pedra*. Como a estou propondo, a *língua de pedra* é a que, retendo da pedra sua aspereza e peso, está na base de sentidos endurecidos como a ofensa. E funciona pela imposição de uma aspereza que imobiliza o outro. A *língua de pedra* dói, machu-

ca, maltrata, desestabiliza.

Retomando a questão da ofensa como modo de interpelação, da minha posição de trabalho com a Análise do Discurso Materialista (PÊCHEUX, 1988 [1975]), acrescento que é necessário que esse outro se signifique na posição de ofendido. O sujeito na posição de ofendido está submetido a uma forma particular de denominação que é, ao mesmo tempo, bem concreta e bem abstrata, pois tanto retoma algo particularizante quanto pode ser objeto do pensamento do sujeito. Nessa medida, nessa posição de ofendido, o sujeito pode não se identificar, não se reconhecer no teatro da consciência atribuindo a si próprio um “sou eu!” designado pela ofensa. Tal gesto de interpretação da ofensa, visando desestabilizar o outro, dessubjetivá-lo<sup>12</sup>, no modo como ele se significa e significa o mundo, pode não alcançar resultado. As pedras das ofensas não funcionam como tal, ou seja, o outro pode não se identificar, não se significar neste lugar. E isso é uma questão da história e da política nas relações sociais.

O outro pode não se significar nesta posição do ofendido e rir, ou escrever um texto, ou ir para a Tribuna para discutir ideias, propostas. Ou “puxar um samba, que tal?” e, assim, “desconjurar a ignorância” (CHICO BUARQUE, 2022). Aí temos gestos políticos de resistência: não se deixar interpelar nesse lugar não significa deixar as ofensas simplesmente em circulação.

## Referências

BALDINI, Lauro. 2012. Disponível em: [file:///Users/bethania/Downloads/2012\\_DISCURSO\\_E\\_CINISMO.pdf](file:///Users/bethania/Downloads/2012_DISCURSO_E_CINISMO.pdf)

BALDINI, Lauro; DI NIZO, Patrícia Leal. O cinismo como prática ideológica. **Estudos da Linguagem**. Vitória da Conquista, V. 13, n. 2, p. 131-158, 2015.

BUARQUE, Chico. **Que tal um samba?** Single. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1yW77WeLYYc>. Acesso em: 17 jun. 2022.

FISHER, Sophie. L'insulte: la parole et le geste. **Langue Française**, n. 144 p. 49-58, 2004/4.

MARIANI, Bethânia. **Testemunhos de resistência e revolta**: um estudo em Análise do Discurso. Campinas: Pontes, 2021.

MARIANI, Bethânia. As formas discursivas e a ameaça comunista. Línguas e instrumentos linguísticos. **Campinas & SP**, n. 44, p. 270-289, jul./dez., 2019.

MARIANI, Bethânia. Uma proposta de arquivo sobre o sujeito da cidade do Rio de Janeiro: uma pesquisa sobre o discurso em farrapos. In.: DI RENZO,

---

12 No livro *Testemunhos de resistência e de revolta* (2021), trabalho mais longamente a questão da dessubjetivação.

A.; MOTTA, A. L.; OLIVEIRA, T. P. (Org.). **Linguagem, História e memória: discursos em movimento**. Campinas: Pontes, 2011.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: imaginário sobre o PCB nos jornais cariocas**. Campinas, RJ: Ed. da UNICAMP & Ed. Revan, 1998.

ORLANDI, Eni. **A linguagem e o seu funcionamento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Editora Pontes, 2003.

\_\_\_\_\_. Entrevista feita por B. Mariani e E. Grigoletto. Revista da ABRALIN. Dossiê especial sobre discurso político. 2020

PÊCHEUX, Michel. **Discurso. Estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1982.

PÊCHEUX, Michel. **A língua inatingível**. Campinas: RG Editora, 2010 [1982].

\_\_\_\_\_. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Pontes, 1988 [1975].

SAFATLE, Vladimir, SILVA Jr., Nelson; DUNKER, Christian. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Editora Autêntica: Belo Horizonte, São Paulo, 2021.

SÉRIOT, Patrick. Langue de bois et discours de vent. (de la transparence à l'opacité dans le discours politique soviétique). *Essais sur le discours soviétique*. Numéro 2. Université de Grenoble III, domaine universitaire de Saint Martins d'Herès, 1982, p. 5-39.

SILVA, Antônio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa**. Composto pelo padre D. Raphael de Bluteau, reformado e acrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/5413>.